

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.487 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2002

Emenda da CPMF chega ao Senado e poderá ser votada em 45 dias

Proposta que prorroga vigência da contribuição foi lida em Plenário ontem à tarde e encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ramez Tebet não acredita em redução dos prazos de exame da matéria

Roosevelt Fimheiro



Parlamentares espanhóis visitam o Plenário (acima) e participam de reunião com os brasileiros (ao lado)

Parlamentares do Brasil e Espanha debatem cooperação

PÁGINA 5



José Cruz

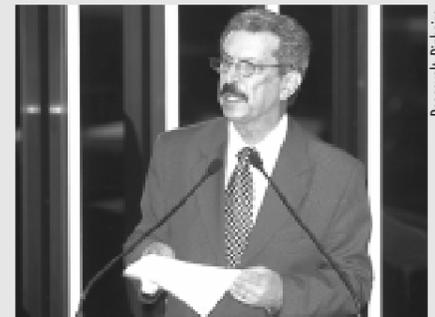
A proposta de emenda constitucional que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi lida ontem à tarde no Plenário do Senado e encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A votação final, conforme previu o presidente da Casa, senador Ramez Tebet, deve ocorrer em 45 dias, no mínimo. Tebet não acredita em redução dos prazos de tramitação da proposta – o que dependeria de acordo com todos os líderes partidários. O senador Francelino Pereira apresentou emenda que destina parte dos recursos da CPMF a estados e municípios.



Ramez Tebet

Roosevelt Fimheiro

PÁGINA 3



Colégios das grandes cidades estão sendo invadidos por novas drogas, adverte Tuma

Tuma defende lei para enfrentar as novas drogas

PÁGINA 7

Roosevelt Fimheiro

Projeto restringe indução ao sexo na TV

A Comissão de Educação deve examinar hoje projeto do senador João Alberto Souza que recria a classificação etária para diversões e espetáculos públicos. Pela proposta, programas de televisão que induzem ao sexo ficam restritos ao horário de meia-noite a 5 da manhã.

PÁGINA 8



José Cruz

Comissão analisa, entre outros projetos, controle de horário para espetáculos

Wilson propõe incentivo a agricultores familiares

PÁGINA 2



Célio Azevedo

Falta de política governamental inviabiliza pecuária leiteira, afirma Carlos Bezerra

Carlos Bezerra critica descaso com a pecuária

Carlos Bezerra (PMDB-MT) criticou a falta de política governamental para a pecuária leiteira, que, segundo afirmou, vive uma situação de "grave penúria" nos últimos anos. O senador defendeu a inclusão do leite na Política de Garantia de Preços Mínimos, a definição de subsídios seletivos ao consumidor de baixa renda, a criação de câmara setorial de negociação e a criação de linhas de crédito específicas para os pequenos produtores.

O senador disse que pequenas e médias fazendas estão sendo inviabilizadas pelo achatamento do preço pago ao produtor. Ele ressaltou que a remuneração do pecuarista brasileiro é uma das mais baixas do mundo — uma média de 10 centavos de dólar por litro de leite, na entressafra do ano passado —, sendo insuficiente para cobrir os custos de produção.

A situação, afirmou ele, requer a mediação governamental, pois as partes envolvidas não têm o mesmo poder de negociação. Carlos Bezerra lembrou que apenas 12 empresas captam mais de 50% do leite fiscalizado; três, distribuem 45% do produto; duas, detêm metade do mercado de iogurte; outras duas controlam 50% do mercado do leite longa-vida, e uma única vende 50% do leite em pó. Esta concentração, ressaltou, permite que as indústrias ditem os preços ao produtor.

Wilson defende incentivos ao pequeno produtor rural

Projeto prevê a compra de excedentes dos agricultores familiares. Os alimentos deverão ser destinados a programas de combate a fome

Um vigoroso sistema de combate à fome deve ter início com a compra de alimentos dos produtores menos favorecidos. Essa é a opinião de Carlos Wilson (PTB-PE), 1º secretário da Mesa do Senado, autor de projeto de lei que visa garantir a aquisição, pelo governo, de excedentes produzidos por agricultores familiares, para serem utilizados em programas de combate à fome.

A proposta do senador, com parecer favorável do relator, João Alberto Souza (PMDB-MA), deverá ser examinada hoje, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo.

Segundo Carlos Wilson, de 1995 até outubro último foram assentadas mais de 542 mil famílias pelo programa de reforma agrária, numa área superior a 19 milhões de hectares, com investimentos em torno de R\$ 450 milhões. Para o senador, não basta distribuir ter-

ra, sendo necessário garantir os meios para desenvolver as atividades produtivas.

— O pequeno produtor não possui condições de se inserir na economia competitiva de mercado, frente a uma concorrência desleal dos latifundiários. No momento em que o governo garante que comprará os excedentes da agricultura familiar, o produtor terá segurança e isso será um elemento de fixação do homem no campo — afirma Carlos Wilson.

Ao comentar a proposta, João Alberto disse que ela vai produzir um efeito benéfico, complementando os esforços de reforma agrária. Para ele, ao conceder prioridade às unidades familiares, a proposta "ameniza as injustas condições de mercado".

A CAE deverá examinar também proposta de Paulo Hartung (PSB-



José Cruz

Para Carlos Wilson, a proposta irá incentivar a fixação dos agricultores

ES) que obriga o presidente do Banco Central a comparecer periodicamente ao Senado para prestar contas das decisões adotadas no Conselho de Política Monetária (Copom). A CAE examina ainda projeto de Roberto Saturnino (sem partido-RJ) estabelecendo incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que adquirirem cotas dos Fundos Mútuos de Investimento em Empresas Emergentes.

Mauro comemora decisão sobre Procera

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) comemorou a aprovação, na semana passada, do projeto de lei de conversão da medida provisória que autoriza a renegociação das dívidas de agricultores com o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Desde 1996 arrastavam-se as negociações entre governo e pequenos agricultores endividados, lembrou o senador. Ele enfatizou o papel do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que "não somente elaborou proposta equilibrada e competente, mas também negociou pessoalmente com o Poder



Roosevelt Pinheiro

Mauro Miranda elogiou condução eficiente do autor do projeto, senador Jonas Pinheiro

Executivo as modificações consagradas no projeto de conversão. Em outras palavras, o senador Jonas Pinheiro foi mediador eficaz entre as demandas da sociedade e o poder público, enobre-

cendo a atividade própria de um parlamentar", afirmou.

Dentre as modificações contidas no projeto de conversão aprovado, Mauro Miranda ressaltou a que permite aos agricultores repactuar as dívidas relacionadas ao Procera em até 15 anos, com juros de 1,15% ao ano. Também haverá pouco mais de um ano de carência para o início do pagamento das dívidas, em 30 de junho de 2003. Com relação ao Pronaf, o senador explicou que o prazo máximo de repactuação também será de 15 anos e os juros variáveis pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) passam a ser fixos e caem para 3% ao ano, com rebate de 8,8% no valor da conta.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h30 — Recebe Romulo Mello, presidente do Ibama

11h — Recebe parlamentares da Comissão Mista de Segurança Pública

11h30 — Recebe Donna Hrinak, embaixadora dos Estados Unidos

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 4/02, dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 17 da Constituição federal (dispõe sobre a organização e funcionamento dos partidos políticos); PLC nº 81/01, institui o Cadastro Nacional de Moradia; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão; PRS nº 16/99, altera a redação do artigo 332 e suprime o artigo 333 do Regimento Interno do Senado; Parecer nº 232/02, sobre a Indicação nº 1/02, do senador Bernardo Cabral, que sugere seja denominada Senador Josaphat Marinho a sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e Requerimentos nºs 156/02, do senador Geraldo Melo e outros, solicitando que o PLC nº 6/02, que altera o artigo 1º e revoga o artigo 4º, ambos da Lei nº 8.529/92 (dispõe sobre a complementação da aposentadoria do pessoal do extinto Departamento de Correios e Telégrafos—DCT), seja submetido à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; 163/02, da senadora Heloísa Helena, solicitando que sobre os projetos nºs 664 e 688, de 1999, que tramitam em conjunto, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvido, também, a de Assuntos Sociais; e 165/02, do senador Casildo Maldaner, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PR nº 58/00, de sua autoria, que acrescenta artigo à Resolução nº 79/99, do Senado.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 — Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados

17h — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Votação da CPMF deve demorar no mínimo 45 dias

Presidente do Senado, Ramez Tebet, não acredita em redução dos prazos de tramitação da proposta de emenda constitucional que prorroga a vigência da contribuição, mas ressalva que, “em política, tudo pode ocorrer”

Geraldo Cândido conclama à luta contra a flexibilização da CLT

Ao saudar os trabalhadores do país pelo Dia Internacional do Trabalho, a ser comemorado amanhã, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) conclamou-os a participar de manifestações de protesto contra a proposta de flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já aprovada na Câmara dos Deputados e



Na opinião de Geraldo Cândido, “flexibilização é parte das idéias neoliberais”

em tramitação no Senado. Na opinião do senador, a proposta visa aumentar os lucros das empresas, sacrificando os trabalhadores.

— É preciso entender que essa ideologia da flexibilização das leis trabalhistas é parte das idéias neoliberais que tentam se instalar como dominantes. Elas levam à precarização do mundo do trabalho e à desestruturação das lutas dos trabalhadores — disse.

Geraldo Cândido defendeu grandes mobilizações no 1º de maio para protestar contra a proposta de flexibilização da CLT “e outras mazelas da sociedade brasileira”,

como a situação da saúde pública e a má distribuição de renda.

O senador também defendeu projeto de sua autoria que reduz a jornada de trabalho no país de 44 para 35 horas semanais, lembrando os impactos positivos da adoção da medida na França. Outra frente de luta dos traba-

lhadores, afirmou, deve ser a conquista de remunerações mais justas.

Geraldo Cândido lembrou que a instituição do Dia Internacional do Trabalho foi uma homenagem aos mais de cem trabalhadores que, em 1º de maio de 1886, foram mortos em Chicago, nos Estados Unidos, durante uma tentativa do governo de reprimir uma greve geral por melhores condições de trabalho. Operários foram presos e espancados, enquanto líderes sindicais e anarquistas foram enforcados sob a acusação de conspiração.

Em entrevista concedida ontem, o presidente do Senado, Ramez Tebet, informou que a proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a vigência da CPMF, lida no Plenário à tarde, já foi enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deverá ter sua votação final em no mínimo 45 dias. Ele observou, no entanto, que, “em política, tudo pode



Tebet diz que só seria possível reduzir prazos com acordo unânime de lideranças

ocorrer”. Tebet não acredita que haja redução dos prazos na tramitação da PEC. Essa agilização aconteceu apenas uma vez, quando foi quebrada a imunidade parlamentar, lembrou. O presidente posicionou-se contrário à medida, e afirmou que a única possibilidade de ocorrer a agilização na votação seria com acordo unânime de lideranças.

Francelino quer destinar recursos a estados e municípios

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou ter apresentado emenda destinando 21,5% das receitas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) aos estados e ao Distrito Federal e 22,5% aos municípios. A emenda visa modificar os termos da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a vigência da contribuição até 2004 e que teve sua tramitação iniciada no Senado ontem, após leitura em Plenário.

Segundo Francelino, os municípios brasileiros estão à míngua, uma vez que as novas atribuições que a Constituição de 1988 lhes concedeu não foram acompanhadas pelas necessárias e adequadas contrapartidas econômicas e financeiras.

Ele explicou que as transferências

da União aos estados e municípios, à conta dos respectivos fundos de participação, estão estagnadas, por serem alimentadas com receitas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esses impostos não vêm crescendo, ao contrário do que ocorre com a CPMF e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Para Francelino, a destinação de parte da receita da CPMF a estados e municípios visa justamente eliminar essa distorção na distribuição de recursos gerados pelos contri-



Francelino pretende eliminar distorção na distribuição de recursos

buintes. “Entre 1995 e 2000, a arrecadação do IR e do IPI somados cresceu 0,44% do PIB, enquanto a receita da CPMF e da Cofins se ampliou em 2,86% do PIB”, disse.

Conforme o senador, sua emenda mantém a prioridade original concedida aos recursos da CPMF, ao destinar 40% da receita para aplicações em ações de saúde e 16% para o Fundo Nacional de Combate à Pobreza. “Queremos descentralizar a distribuição, por entender que essas tarefas podem ser mais bem desenvolvidas por estados e municípios”, observou.

Resolução sobre empréstimo para MS será republicada

O presidente do Senado, Ramez Tebet, informou ontem que uma edição extra do *Diário Oficial* da União trará a retificação do texto da resolução do Senado Federal que autoriza a União a conceder garantia para operação de crédito entre o estado de Mato Grosso do Sul e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de US\$ 24 milhões. A resolução foi publicada com um erro, o que impede a sua aplicação, conforme apontou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) em documento lido por Tebet no Plenário.

De acordo com Suplicy, foi omitido o trecho da resolução

que autoriza o estado de Mato Grosso do Sul a contratar a operação de crédito, constando apenas a autorização para que a União dê garantias ao empréstimo. Suplicy solicitou a retificação do texto da resolução, aprovada no último dia 23 pela Comissão de Assuntos Econômicos.

— A presidência determina a republicação imediata da resolução em edição extra do *Diário Oficial* da União, bem como o envio de ofício ao senhor ministro da Fazenda, encaminhando novos autógrafos da resolução, a fim de que o projeto fique dentro do desejado e para agilizar esse empréstimo, de grande importância para Mato Grosso do Sul — disse Tebet.

Saturnino defende Imposto de Renda progressivo

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) criticou em Plenário, ontem, a interpretação dada por setores da imprensa e do governo federal à proposta de fixação de alíquotas de 5% a 50% para o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), defendida recentemente pelo pré-candidato do PT à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva.

“O Lula estava certo ao falar em progressividade do Imposto de Renda”, declarou, lembrando que o sistema tributário também deve ser instrumento de



Para Roberto Saturnino, declarações de Lula foram corretas

“redistribuição de renda e justiça social”.

Depois do “frêmito” causado pelas declarações de Lula “em parte da elite e dos formadores de opinião”, Saturnino disse que esses setores resolveram centrar “artilharia pesada” contra o candidato, como se ele tivesse dito uma “impropriedade”. Ao defender alíquotas progressivas, Lula teria se referido, na opinião de Saturnino, ao aumento na carga tributária para as pessoas físicas de alta renda, heranças e ganhos de capital, e não para os assalariados.

— É preciso minimamente restaurar o sentido de justiça e os valores éticos e morais — afirmou, considerando não ser justo, por exemplo, o governo aplicar a mesma alíquota de Imposto de Renda a quem ganha R\$ 5 mil ou R\$ 50 mil. É por conta de distorções vigentes no sistema tributário nacional que, conforme Saturnino, a tributação acaba penalizando a produção e sendo benevolente com a pessoa física.

As considerações sobre a progressividade no IRPF foram compartilhadas pelo senador Lindberg Cury (PFL-DF). Além de conhecer os tributos que lhe estão sendo cobrados, o contribuinte tem o direito de ser tachado de forma proporcional à sua renda, observou Lindberg.

Comissão discute plebiscito sobre adesão do país à Alca

Senadores deverão votar hoje projeto de decreto legislativo que prevê consulta à sociedade a respeito de possível suspensão de negociações

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se hoje, às 17h, para discutir proposta de convocação de plebiscito de suspensão das negociações para ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A comissão vai deliberar sobre adendo ao relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS). O projeto de decreto legislativo convocando o plebiscito é de autoria do

senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ).

Da pauta de votações constam ainda dois requerimentos do deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE): o primeiro solicita a realização de audiência pública para discutir o projeto de lei norte-americano que cria a Agência de Promoção de Comércio (TPA); o segundo propõe a realização de audiências públicas nos estados para

debater as conseqüências da implantação da Alca. As audiências deverão ser realizadas em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Na reunião, os parlamentares também discutirão o relatório do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao Acordo para Provimento de Capacidade Espacial, celebrado em maio de 2001 entre os governos do Brasil e da Argentina.

Hartung elogia reunião da Camex sobre aço

Ao se referir à reunião em que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) discutiu a proteção ao setor siderúrgico brasileiro e o contencioso com os Estados Unidos, o senador Paulo Hartung (PSB-ES) elogiou os seus resultados



Imprensa se limitou a criticar a não elevação de alíquotas, diz Hartung

crítico a imprensa por ter destacado apenas que não houve decisão sobre a elevação das alíquotas de importação de aço.

As alíquotas não foram alteradas, mas Hartung considerou importante a criação de grupo interministerial para acompanhar o fluxo de importações de aço, que poderá propor o aumento das tarifas de importação de qualquer

produto siderúrgico.

O senador explicou que as divergências sobre a melhor forma de proteger nossa indústria siderúrgica não podem ser encaradas como uma disputa ideológica entre defensores do livre mercado e os adeptos de um fechamento do comércio à competitividade internacional.

— Não é disso que se trata, mas de um embate maduro em defesa do Brasil, dos nossos produtos, do nosso mercado, da nossa economia, da geração de emprego, de renda e de impostos em nosso país — afirmou o senador.

No seu entender, a ênfase que a

imprensa deu à falta de deliberação sobre alíquotas deixou a impressão de que a indústria teria sido derrotada, quando, na realidade, houve uma vitória.

Hartung informou que a Camex suspendeu o licenciamento automático para não-laminados importados e, numa operação conjunta com a Receita Federal, adotou medidas mais severas na fiscalização do aço que entra no país. Também afirmou que o Brasil agora conta com um mecanismo ágil para defesa da produção nacional de aço.

Destacando o papel do Senado nessas vitórias, Hartung disse que a Casa tem acumulado conhecimento sobre comércio exterior, aprendendo que essa área é caracterizada pelo jogo duro, para o qual Executivo, Legislativo e empresários precisam estar preparados.

Patrocínio pede menor tributação para indústria

Ao apresentar um diagnóstico sobre a situação da indústria de bens de capital brasileira, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) fez um apelo às autoridades da área econômica do governo federal para que adotem medidas no sentido de evitar a tributação excessiva do setor. Ele também pediu uma política de juros e financiamentos que permita o desenvolvimento da indústria nacional.

— Não estamos advogando a concessão de subsídios, benefícios ou vantagens indevidas às empresas brasileiras. Queremos, sim, que o governo não pratique o que poderíamos chamar de subsídios negativos; que não crie

obstáculos para o desenvolvimento de nossas empresas; que não agrave o chamado Custo Brasil — explicou Patrocínio.

Ele defendeu a adoção de uma política industrial que permita ao setor produtivo se inserir de maneira competitiva no processo de globalização, destacando que as elevadas taxas de juros praticadas no Brasil impedem o desenvolvimento da indústria nacional e são incompatíveis com os padrões internacionais.

A carga tributária brasileira, na opinião de Carlos Patrocínio, mais do que elevada, chega a ser escorchantes e é fruto de um sistema tributário complexo e ultrapassado.



Para Patrocínio, sistema tributário brasileiro é complexo e ultrapassado

Ele destacou que países mais desenvolvidos que o Brasil agem de forma oposta: oferecem todas as condições para o desenvolvimento de suas empresas, muitas vezes concedendo subsídios e vantagens econômicas, financeiras e tecnológicas.

— Hoje, no Brasil, as empresas são tributadas antes de saberem se terão lucro e os impostos incidem inúmeras vezes sobre o processo produtivo — observou.

Porto quer acelerar medidas contra as listas telefônicas

Informado de que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está investigando abusos na edição e distribuição das listas telefônicas de assinantes residenciais, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) pediu que essas diligências sejam aceleradas, visto que as concessionárias são obrigadas a fornecer a seus assinantes lista telefônica obrigatória, gratuita e anualmente atualizada.

Citando matéria da *Gazeta Mercantil*, o senador afirmou que o mercado de edição de listas telefônicas movimentava anualmente cerca de R\$ 640 milhões. Por tratar-se de um mercado cobiçado, ele disse que hoje se assiste a um embate entre as duas maiores empresas de edição de listas — a Listel Bellsouth e a Telelistas, que cobrem a maior parte do território nacional.

Para Arlindo Porto, os usuários são os que mais perdem com essa disputa, pois, enquanto se espera que a Justiça resolva esse contencioso, os assinantes não dispõem de guias telefônicos confiáveis.



Disputa entre editoras de guias telefônicos prejudica usuário, disse Arlindo Porto

Com isso, acrescentou, os usuários são obrigados, cada vez mais frequentemente, a pedir o auxílio do número 102, que cobra pela informação.

Lembrando ser vedado às prestadoras atuar no ramo de catálogos telefônicos, o senador declarou ter recebido denúncias de que algumas dessas empresas estão se negando a fornecer listagens de seus assinantes a editoras de catálogos, ou praticando o ilícito de vender espaços publicitários em catálogos editados por elas próprias.

Porto anunciou ter apresentado projeto obrigando as prestadoras a instalar medidores de pulso telefônico, para que os consumidores possam ter maior controle sobre suas contas.

— Com isso, estaremos protegendo o consumidor de cobranças indevidas e proporcionando um sistema de fiscalização direto e permanente, por parte do usuário, sobre o preço das tarifas. É o que já acontece em nossas contas de água ou de eletricidade — afirmou.

Dívida contestada na Justiça poderá ficar livre do SPC

Os serviços de proteção ao crédito não poderão inscrever em seus bancos de dados informações relativas a consumidores que estejam contestando judicialmente as dívidas que lhes são imputadas, conforme estabelece projeto



Projeto de Geraldo Althoff será examinado em caráter conclusivo pela CCJ

de lei apresentado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC). A proposta, que pune o infrator com multa entre R\$ 50 mil e R\$ 150 mil, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa, ou seja, cabe à comissão dar a última palavra do Senado sobre o assunto, a não ser que haja requerimento para que a matéria seja votada em Plenário.

Pelo projeto, os serviços de proteção ao crédito que prestarem informações incorretas sobre os

consumidores, atribuindo-lhes erroneamente situação de inadimplência, deverão pagar a esses consumidores indenização em valor igual ao suposto débito.

Na justificativa da matéria, Geraldo Althoff afirma

que a última década caracterizou-se por um avanço nas questões relativas à defesa dos interesses dos consumidores, em contraste com a prática dos serviços de proteção ao crédito, caracterizada pelo desrespeito ao consumidor.

A base de dados desses serviços, de acordo com o senador, deve ser extremamente confiável e vinculada a regras específicas, pois o prejuízo resultante de um erro de informação pode ter conseqüências extremamente graves para os cidadãos.



Rose Brasil - ABR

Embaixador José Bustani foi afastado da direção geral da Opaq em razão de pressões dos EUA

Comissão ouve hoje embaixador José Bustani

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) ouve hoje, a partir das 17h30, o ex-diretor-geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas (Opaq), embaixador José Maurício Bustani. Ele vai falar sobre as pressões dos Estados Unidos que resultaram no seu afastamento do cargo no último dia 22 de abril. O requerimento para a convocação de Bustani é de autoria do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ).

O diplomata brasileiro foi eleito diretor-geral da Organização para Proscrição de Armas Químicas em 1997 e reeleito em 2000, por aclamação. Durante os três anos de sua gestão, Bustani realizou cerca de 1.100 inspeções em mais de 50 países, inclusive no Brasil, destinadas a evitar a proliferação de armas químicas. Ele também foi o responsável pela diminuição em 15% da quantidade de armas químicas espalhadas pelo mundo.

Logo após a audiência pública, a CRE deve votar parecer favorável de Saturnino a projeto de decreto legislativo, de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que anula a concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul feita em 1999 pelo governo brasileiro ao ex-presidente do Peru Alberto Fujimori. Se aprovada, a matéria segue para análise do Plenário.

Na justificativa do projeto, Roberto Requião afirma que "constitui uma afronta ao povo brasileiro a manutenção da honraria, concedida a um líder político que, no exercício do poder em seu país, violou as mais elementares garantias democráticas e os mais fundamentais direitos humanos, fraudou a sua reeleição, tendo, finalmente, deixado o governo sob graves acusações de corrupção".

Parlamentares do Brasil e Espanha debatem estreitamento de relações

Pobreza, terrorismo, segurança, integração nos setores empresarial, cultural e turístico, e outros assuntos de interesse mútuo integraram a pauta da reunião. Encontro em Brasília prossegue hoje

Reunidos por mais de três horas na manhã de ontem, deputados e senadores do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha debateram as principais dificuldades de cada país, a pobreza e o terrorismo, respectivamente, e apontaram os campos possíveis para promoção de intercâmbio e estreitamento dos laços bilaterais. O grupo volta a se reunir hoje.

O presidente do grupo, senador José Agripino (PFL-RN), destacou a importância da reunião, citando os diversos setores que, segundo ele, têm potencial para promover a integração Brasil/Espanha, principalmente o cultural, empresarial/comercial e turístico. No campo cultural, ele sugeriu apoio específico do grupo para a exposição sobre os 500 anos do Brasil, que acontecerá ainda este ano em Bilbao. Na área comercial, Agripino lembrou que ambos os países são ótimos fruticultores em épocas dis-



tintas, o que "abre um bom campo de troca". Ele pediu ainda que a Espanha se interesse por estabelecer vôos *charter* direto para o Nordeste, a exemplo do que fazem outros países europeus.

Agripino informou que a Espanha é, há dois anos, o segundo maior investidor externo no Brasil, só perdendo para os Estados Unidos.

A presidente da delegação espanhola (formada por 16 parlamentares), Soledad Becerril Bustamante, vice-presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, também manifestou sua confiança no trabalho do grupo, salientando como ponto vantajoso o fato de a comissão poder tratar de assuntos diplomáticos no âmbito do Legislativo dos dois países.

Soledad informou que a Espanha ocupa até o mês de junho a presidência da União Européia e que, entre os objetivos que o país almeja nesta posição, está o fortalecimento da cultura e valores europeus no restante do mundo, inclusive o Brasil, com o qual ela acredita existirem fortes pontos de iden-



Roosevelt Pinheiro

Delegação de senadores e deputados espanhóis que integram o grupo parlamentar visita o Plenário do Senado, onde foi homenageada

tificação com seu país.

BASCOS

Entre os pontos debatidos ontem, a questão do terrorismo foi citada pelos espanhóis como o maior problema enfrentado pelo seu país e, de maneira geral, pela Europa. Eles fizeram questão de afirmar, em resposta a questionamento de Jefferson Péres (PDT-AM), que o ETA não defende a independência do "país basco" como anuncia, mas sim comete crimes e

ataques terroristas.

Jefferson havia sugerido que o país fizesse um plebiscito junto à população basca para saber se ela desejava realmente a independência.

— Isso não iria acabar com o terrorismo, mas certamente serviria para enfraquecer o movimento, pois é sabido que não mais de 15% da população defende a independência — disse ele. O embaixador da Espanha no Brasil, José Godech, acompanhou toda a reunião.

Comitiva é homenageada em Plenário por José Agripino

À tarde, a delegação de 14 deputados e senadores espanhóis integrantes do grupo parlamentar foi saudada, durante a sessão deliberativa do Plenário, pelo senador José Agripino.

O senador destacou que, na reunião realizada ontem, em Brasília, entre parlamentares dos dois países foram debatidos assuntos de importância e interesse mútuo, como o combate à pobreza, segurança pública, combate ao terrorismo e aplicação de novos investimentos nos setores do turismo e da agro-indústria.

José Agripino afirmou ainda



Roosevelt Pinheiro

Agripino lembrou que Espanha é segundo maior investidor no Brasil

que a vasta experiência da Espanha nos setores do turismo e da agricultura pode ser compartilhada com o Brasil, que tem grande potencial nessas áreas. O senador destacou os laços que unem os dois países, lembrando que a Espanha, por dois anos consecutivos, tem sido o maior investidor no Brasil, depois dos Estados Unidos.

Após o pronunciamento de José Agripino, o presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, e a vice-presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, Soledad Becerril Bustamante, trocaram cumprimentos e lembranças.



Jane de Araújo

RAMEZ TEBET RECEBE DELEGAÇÃO

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem a delegação de deputados e senadores espanhóis integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Espanha, chefiada pela deputada Soledad Becerril Bustamante (foto). Após o encontro, Tebet ofereceu almoço em homenagem à comitiva no Restaurante dos Senadores.

Acompanhada pelo embaixador da Espanha no Brasil, José Cordech, a delegação iniciou sua programação reunindo-se com o presidente do grupo, senador José Agripino.

Fazem parte da comitiva as senadoras Maria José Camilleri Hernandez, Maria Angeles Orós Lorente, Maria Antonia Martinez Garcia e Claudina Morales Rodriguez; os deputados Francesc Xavier Marimón i Sabaté — vice-presidente da delegação —, Juan Manuel Albendea Pabon, Ignacio Gil Lazaro, José Cruz Perez Lapazaran, Angel Martinez Lorente, Carmen Maron Beltran, Salvador Sedó i Marsal e Pedro Maria Azpiazu Uriarte; e o senhor Joan Puigercós i Boxassa.

Renan Calheiros pede aumento de recursos para infra-estrutura turística

Senador cita dados sobre importância do setor e salienta que, em Alagoas, o turismo é a mais rápida alternativa para incrementar a geração de postos de trabalho e renda

Ao destacar a importância do turismo para o Brasil, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que esse setor econômico poderia proporcionar maior arrecadação se fossem destinados mais recursos para sua infra-estrutura. Citando dados da Embratur, ele informou que o turismo gera, direta e indiretamente, cerca de US\$ 38 bilhões por ano, proporcionando 5 milhões de postos de trabalho.

Segundo divulgou Calheiros, em média, a cada ano, cinco milhões de turistas estrangeiros visitam o Brasil, deixando no país cerca de US\$ 4 bilhões, US\$ 1 bilhão a menos do que os brasileiros gastam no exterior. Ele acrescentou que o Brasil ocupa apenas o 39º lugar no ranking mundial de ingresso de turistas estrangeiros, per-

dendo para países vizinhos, como a Argentina e o Uruguai.

– O turista estrangeiro reclama, principalmente, no Brasil, de acordo com pesquisa da Embratur, da limpeza pública, sinalização turística, segurança pública e comunicações. Mas sabemos que há outras carências também no campo profissional. As iniciativas públicas, nos âmbitos federal, estadual e municipal, mostram-se ainda bem acanhadas diante das imensas possibilidades que se descortinam para o turismo – frisou.



Na opinião de Renan Calheiros, investimento no setor turístico deve ser priorizado

Roosevelt Pinheiro

Na avaliação do senador, é imprescindível dispensar maior atenção ao setor. Ele registrou que no seu estado o turismo funciona como a mais rápida alternativa para incrementar a geração de postos de trabalho e renda. “Por isso tem que

ser priorizado”, opinou.

Renan Calheiros mencionou seu esforço em Brasília para que Alagoas continue a ser considerado um pólo de atração turística dos mais importantes do Nordeste. Na próxima se-

mana, informou o senador, serão iniciadas as obras de ampliação do aeroporto Zumbi dos Palmares, de Maceió.

– Conseguimos recursos orçamentários para a ampliação do aeroporto e também a sua inclusão na lista dos aeroportos considerados estratégicos do programa Avança Brasil, o que garantirá a continuidade das obras – informou.

Outra obra de Alagoas que receberá recursos federais, comunicou Calheiros, é o terminal marítimo de passageiros do porto de Maceió.

– Obtivemos as verbas necessárias para a construção, pois não era concebível que um estado como Alagoas não possuísse um porto de atracação para grandes navios de passageiros – argumentou.

Universidade do Legislativo será instalada dia 8

O presidente do Senado, Ramez Tebet, declarou-se feliz por poder instalar no próximo dia 8 de maio, às 10h, a Universidade Aberta do Legislativo, vinculada ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para o presidente, a proposta da Universidade do Legislativo é arrojada, ousada, e nasce para ser um vigoroso centro de pesquisa e ensino e um foco permanente de idéias e debate. O objetivo da universidade é aproximar o cidadão do Poder Legislativo, disse Tebet.

– Trata-se de mais uma iniciativa do Senado. Uma universidade de política vai aperfeiçoar os conhecimentos nessa área. Além disso, é uma universidade aberta, acessível a cidadãos do Brasil inteiro – disse.

Tebet afirmou que o Senado está cada vez mais aberto e transparente, citando como exemplo a rádio, o jornal e a TV da Casa, lembrando que os debates são acompanhados em todo o país.

– Urge ampliar esse espaço, criando uma universidade de política para incentivar a nossa juventude e provocar o interesse pela atividade política – afirmou.

Aprovado pesar pela morte de Rinaldo De Lamare

O Senado aprovou requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do médico pediatra Rinaldo De Lamare, ocorrido no Rio de Janeiro, aos 92 anos de idade.

Ao encaminhar o requerimento, Simon lembrou os relevantes serviços que o pediatra prestou a gerações de mães e pais, em sua clínica no Rio de Janeiro, mas sobretudo com os ensinamentos contidos em seu livro *A Vida do Bebê*. Simon disse que o livro é tão útil que, além de lê-lo com frequência para resolver problemas relativos a seus três filhos, comprou mais de 50 exemplares para presentear amigos.

Em aparte, o senador José Alencar (PL-MG) prestou homenagem a Rinaldo De Lamare, como médico e amigo de sua família. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) afirmou que *A Vida do Bebê* foi seu “livro de cabeceira” durante a criação de seus três filhos. Em nome da Mesa, o presidente Ramez Tebet homenageou os relevantes serviços que o médico Rinaldo De Lamare prestou à família brasileira.

Banco Postal beneficia pessoas de baixa renda, afirma Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) parabenizou o Ministério das Comunicações, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) e o Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) pela criação do Banco Postal. De acordo com o senador, o Bradesco – vencedor da licitação para a parceria com os Correios na implantação dos serviços finan-



Lobão tem projeto que facilita recebimento para segurados da Previdência

José Cruz

tar do Sistema Financeiro Nacional”, com uma diferença importante: não vai exigir quantias mínimas para depósito.

– Esse tipo de exigência na prática fecha as portas dos bancos à população de baixa renda. O objetivo da parceria consiste em atender justamente a esses cidadãos, com um ser-

viço de massa pautado pela simplicidade, transparência e facilidade de acesso a operações básicas – afirmou o senador, acrescentando que um dos grandes benefícios do Banco Postal para as pequenas comunidades será “evitar que seus moradores gastem parte dos salários nas cidades vizinhas, que dispõem de rede bancária”.

Lobão lembrou ter apresentado, no ano passado, projeto que limita o deslocamento dos beneficiários da Previdência Social para receber seus pagamentos. De acordo com o projeto, no ano que vem esses beneficiários já não poderiam ser obrigados a se deslocar mais de 15 quilômetros para o recebimento, distância que diminuiria para cinco quilômetros em 2005. O surgimento do Banco Postal, acrescentou, vai ao encontro do projeto.

Para Jucá, FAB exerce seu papel com seriedade e competência

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou o Dia da Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira, comemorado em 22 de abril. Ele aproveitou a oportunidade para homenagear a Força Aérea Brasileira (FAB), “que desempenhou brilhantemente sua missão na 2ª Guerra Mundial, assim como tem exercido seu papel de resguardar a paz nacional com seriedade e competência”.

Jucá ressaltou que, em 22 de agosto de 1942, após sucessivos bombardeios de navios alemães contra navios brasileiros, o país entrou na guerra e a FAB passou a realizar vôos de patrulhamento ao longo da costa brasileira e a investir contra os agressores alemães. Com a experiência adquirida nesses embates, em fins de 1943, quando o governo brasileiro decidiu que as Forças Armadas integrariam a Campanha da Itália, foi criado o 1º Grupo de Aviação de Caça.

– Durante o período de 6 a 29 de abril de 1945, o Grupo de Caça Brasileiro voou 5% das saídas executadas pelo XXII Comando Aerotáctico. Dos resultados obtidos por esse comando, foram oficialmente atribuídos aos brasileiros 15% dos veículos destruídos, 28% das pontes



Jucá lembra desempenho “brilhante” da FAB na 2ª Guerra Mundial

Roosevelt Pinheiro

destruídas, 36% dos depósitos de combustível danificados e 85% dos depósitos de munição danificados – detalhou o senador.

A ação mais decisiva e fulminante do Grupo de Caça Brasileiro se deu exatamente em 22 de abril, destacou Jucá, salientando que as perdas brasileiras, no mesmo dia, foram irrisórias diante dos alvos alemães então atingidos.

SANTOS DUMONT

O senador também lembrou o feito de Alberto Santos Dumont, “que foi o primeiro a erguer uma máquina acima do solo por seus próprios meios”.

Referindo-se às invenções de Santos Dumont, Jucá citou o relógio de pulso, o hidrovião e o hangar, além de ressaltar sua capacidade como projetista e engenheiro mecânico, demonstrada na concepção da aeronave Demoiselle.

– É mais que justa, mais que sábia a homenagem que prestou a Força Aérea Brasileira a este admirável inventor, aeronauta e ser humano, concedendo-lhe o posto honorífico de marechal-do-ar em 1959, e proclamando-o, em 1971, como seu patrono – concluiu.

Tuma defende mudança na lei sobre drogas

Novos entorpecentes estão invadindo colégios nas grandes cidades e há farmácias que vendem “por baixo do pano” drogas que exigem receita médica, denuncia senador. Ele elogia novela “O Clone” e autora Glória Peres

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu ontem uma revisão urgente na lei que trata das drogas no Brasil, diante da constatação de que novas drogas estão surgindo e invadindo colégios nas grandes cidades. Tuma citou reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, que lista as drogas B-25, inalante de buzina ou isqueiro, Special K e chá de chumbo e de fita como novos produtos que podem ser comprados por adolescentes em escolas e nas ruas de São Paulo.

O senador denunciou que há

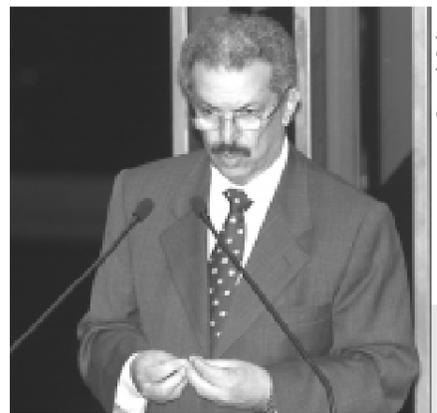
farmácias vendendo “por baixo do pano” drogas que só podem ser vendidas mediante receita médica. Tuma elogiou a novela *O Clone*, da Rede Globo, e a autora Glória Peres, que segundo ele presta grande serviço à sociedade ao mostrar que a maconha é a droga que abre as portas para o vício e a dependência de drogas pesadas e mortais, como cocaína e heroína.

Romeu Tuma elogiou também a posição que está sendo defendida pelo Brasil na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) que começou ontem e

vai até quinta-feira. O general Paulo Uchôa, da Secretaria Nacional de Combate às Drogas (Senad), vai votar contra a proposta norte-americana de descriminação da maconha.

Para o senador, é preciso retomar a discussão sobre a Lei de Drogas e garantir punições severas para o traficante e tratamento médico para o dependente, que não pode ser tratado como criminoso. Em sua opinião, um usuário de maconha que enfrenta uma condenação e a prisão sai como criminoso irreversível.

Ricardo Santos (PSDB-ES), em aparte, disse que deveria ser formada comissão mista, de senadores e deputados, para analisar mudanças na Lei das Drogas. A lei, aprovada no ano passado pelo Congresso, sofreu vetos do presidente da República e se tornou praticamente inócua, na avaliação de Tuma e Ricardo Santos, porque anulou o rigor contra o traficante e a exigência de tratamento médico para o usuário.



Tuma: vetos do presidente da República esvaziaram lei aprovada no ano passado

Roosevelt Pinheiro

Ricardo Santos comenta pesquisa sobre violência

O lançamento pela Unesco (organismo das Nações Unidas ligado à educação) do livro *Violência nas Escolas*, das pesquisadoras Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua, foi registrado ontem em Plenário pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Fruto de levantamento junto a quase 47 mil alunos, pais e professores em 14 capitais brasileiras, a publicação não se limita a identificar e analisar os tipos de violência que rondam o ambiente escolar no país, mas aponta recomendações e saídas para o problema.

Os resultados dessa pesquisa, segundo Ricardo Santos, contribuíram para derrubar três mitos. Em primeiro lugar, constatou-se que a violência não é exclusiva da escola pública. Depois, que não está restrita aos grandes centros urbanos e nem que a escola tende a ser um lugar agradável, de convivência pacífica entre alunos e professores e de produção de aprendizagem.

— Enfim, a escola, em certo número de casos apontados pela pesquisa, é lugar em que as pessoas não conseguem conviver bem entre si — afirmou.

Não bastassem os problemas de relacionamento entre alunos, professores e diretores, disse Ricardo Santos, a publicação revelou que a atuação da polícia no combate à violência nas escolas é criticada com frequência por adolescentes e jovens.

O senador tucano observou ainda que o entorno das unidades também preocupa e contribui



Ricardo Santos: estudo recomenda construção de uma cultura de paz e de não-violência

Roosevelt Pinheiro

para elevar os índices de violência escolar, em função da venda de bebidas alcoólicas para menores e do tráfico de drogas. Outra constatação grave é que a conduta dos próprios alunos e professores estimula a prática de discriminação socioeconômica e racial. Apesar desse panorama sombrio, esse segmento ainda vê a escola como via de acesso ao exercício da cidadania e mecanismo de inclusão social — observou.

Um dos caminhos apontados pelas pesquisadoras para reverter esse quadro seria a sensibilização da sociedade, com o apoio da mídia e do governo, para a construção de uma cultura de paz e de não-violência nas escolas.

— Recomenda-se abrir o espaço escolar para o envolvimento da comunidade, da família e dos alunos em atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer, com a tônica em educação para a cidadania e na construção de uma cultura de paz — disse Ricardo Santos.

Freitas Neto: 60 milhões de livros estimulam leitura

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) cumprimentou o Ministério da Educação pelo lançamento do programa Literatura em Minha Casa. O programa, que começa a ser implantado nesta semana, segundo informou, deverá beneficiar, em sua primeira etapa, 8,5 milhões de estudantes das escolas públicas, de 4ª e 5ª séries do ensino fundamental, com a distribuição de 60 milhões de livros, em um esforço para difundir o hábito da leitura.

O programa, afirmou o senador, representa uma inovação em relação aos formatos habitualmente empregados na tentativa de estimular a leitura entre os estudan-



Freitas Neto cumprimenta Ministério da Educação por lançamento de programa

Márcia Kollme

tes. Ele observou que o uso do livro em biblioteca, por exemplo, acabou se mostrando de alcance restrito.

— Um dos principais obstáculos à alfabetização, e mais tarde à criação de efetivo hábito de leitura, é a falta de contato com o livro fora da escola. Especialmente nas famílias de menor renda e de menor escolaridade. A distribuição dos livros aos estudantes permite superar esse obstáculo — afirmou Freitas Neto.

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, disse o senador, informou que o programa deverá prosseguir em 2003, com a entrega de mais 30 milhões de obras

literárias a alunos da 4ª série.

LIVRO DIDÁTICO

Freitas Neto também manifestou sua preocupação com o elevado preço dos livros didáticos e defendeu projeto de lei de sua autoria, apresentado com o objetivo de coibir abusos nessa área. O senador argumentou que os programas de distribuição de livros didáticos às escolas públicas de todo o país não alcançam a todos os estudantes, entre eles, os alunos de escolas privadas.

O projeto estabelece que os livros didáticos a serem adquiridos com recursos públicos sejam avaliados e aprovados por comissão especializada, que levará em conta seu conteúdo e as condições de apresentação e de acabamento, mas, também, o custo do exemplar, inclusive para o consumidor particular.

Emilia destaca 1ª Olimpíada dos Surdos em Passo Fundo

A iniciativa da cidade gaúcha de Passo Fundo de realizar jogos olímpicos voltados para deficientes auditivos foi registrada ontem pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS), que destacou o resgate da cidadania das pessoas portadoras de deficiências como objetivo dos eventos. A senadora informou que, entre os dias 7 e 11 de maio, aproximadamente 2 mil portadores de deficiência auditiva de todo o país participarão da 1ª Olimpíada dos Surdos do Brasil em Passo Fundo. Em novembro, atletas surdos dos quatro países do Mercosul e de mais seis nações latino-americanas participarão da 1ª Olimpíada de Surdos do Mercosul.

— Os jogos, os primeiros deste porte no Brasil, surgiram como forma de dar visibilidade ao direito de inclusão e de participação desta comunidade, que hoje soma aproximadamente 20 milhões de pessoas no Brasil e 2 milhões no Rio Grande do Sul. As olimpíadas pretendem estimular e promover o acesso da pessoa surda à prática da atividade física, esportiva e de lazer, diminuindo o preconceito da sociedade e a segregação do surdo.

Emilia informou que, durante a 1ª Olimpíada, em maio, também acontecerá o seminário “Surdos: o cidadão como símbolo, desafios para um novo tempo”, em que conferencistas, pedagogos, educadores e expressiva parcela da



Emilia Fernandes: jogos vão ocorrer de 7 a 11 de maio

Roosevelt Pinheiro

comunidade surda irão aproveitar a oportunidade para debater mecanismos concretos de integração desses cidadãos à sociedade. Ela disse também que no seminário serão debatidos o projeto de um dicionário virtual de Língua Brasileira de Sinais (Libras), as relações de poder e o processo de formação participativa nas comunidades surdas, e a educação e a profissionalização do surdo.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a Olimpíada é uma “iniciativa extraordinária” da cidade de Passo Fundo.

Espetáculo público pode ter classificação etária

Conforme projeto que a Comissão de Educação analisa hoje, programas de televisão impróprios para menores de 12 anos só poderão ser exibidos após as 20h. Os de indução ao sexo ficariam restritos ao horário de meia-noite a 5h da manhã

A Comissão de Educação (CE) deve analisar hoje, a partir das 11h30, projeto de lei do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que recria a classificação etária para diversões e espetáculos públicos. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS). Segundo o projeto, as diversões e espetáculos deverão ser classificados previamente como livres ou inadequados para menores de 12, 14, 16 e 18 anos.

O Ministério da Justiça chegou a editar portaria, em setembro de 2000, estabelecendo a classificação etária, como prevê a Constituição. Mas a medida foi suspensa pela Justiça a pedido da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), sob o argumento de que a classificação



João Alberto Souza é autor do projeto que estabelece a classificação para diversões públicas

só poderia ser feita por lei federal. O texto do projeto de João Alberto repete o conteúdo da portaria.

No parecer, Simon observa que a proposta restabelece o controle de horários, "agora por instrumento adequado". O projeto prevê que os programas de televisão impróprios para menores de 12

anos só poderão ser exibidos após as 20h; os impróprios para menores de 14 anos, após as 21h; os inadequados para menores de 16 anos, depois das 22h; e os não recomendados a menores de 18 anos, após as 23h. Os programas de indução ao sexo ficariam restritos ao horário de meia-noite a 5h da manhã.

Também será analisado projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que estabelece a pena de cassação a concessionário ou permissionário de serviço de radiodifusão que tenha sido condenado por crime.

Com parecer favorável da relatora, senadora Marina Silva (PT-AC), estará em pauta projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estabelece prioridade aos alunos da rede pública na distribuição de ingressos gratuitos de espetáculos e exposições culturais.

Saturnino critica estrangeiros na mídia

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) manifestou sua posição contrária à aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação. Saturnino expôs sua opinião ontem, durante a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno da PEC. A matéria deve ser votada na próxima semana.

Segundo o senador, não há muitas chances de a proposta ser rejeitada, pois "o rolo compressor do governo está pronto para ser passado".

— A PEC vai levar os meios de comunicação brasileiros à perda de autonomia em relação aos interesses e objetivos nacionais — afirmou o parlamentar. Para ele, a participação do capital estrangeiro irá também gerar uma concentração no setor "maior do que a já existente".

Para Saturnino, apenas os grandes grupos já instalados no Brasil vão se beneficiar com o capital estrangeiro, "liquidando os concorrentes menores e concentrando ainda mais o setor de comunicação". O senador previu também diminuição na atual capacidade

de difusão de informações pelos meios de comunicação.

Para ele, a salvaguarda imposta pela PEC, de se ter brasileiros na direção editorial das empresas, é ineficaz.

— Preferia até que não constasse (essa salvaguarda). Afinal, quantos brasileiros já estão servindo aos interesses estrangeiros e ganhando bons salários? — indagou o senador.

A proposição recebeu parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Votação da proposta está prevista para próxima semana

De acordo com o presidente do Senado, Ramez Tebet, a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre as empresas de comunicação à participação do capital estrangeiro depende apenas do quórum regimental. A votação está prevista para a próxima semana.

A proposição, que tem parecer favorável do senador Romeu Tuma, altera o artigo 22 da Cons-

tituição. Além de permitir a posse de até 30% do capital total e capital votante das empresas de comunicação por estrangeiros, a PEC permite que qualquer pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras detenha a posse dessas empresas. Atualmente, a posse é reservada a pessoas físicas, com exceção de partidos políticos e de sociedades pertencentes a brasileiros natos ou naturalizados há

mais de dez anos. Mesmo assim, a Constituição limita essas participações ao capital social sem direito a voto, até o limite de 30%.

Tuma aceitou, em seu parecer na CCJ, emenda de redação apresentada pelo senador José Fogaça (PPS-RS). Rejeitou, no entanto, emenda do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que exclui o capital estrangeiro dos meios de comunicação.

Senado discute liberdade partidária para coligação

A sessão do Senado de hoje marca o quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional (PEC) que assegura aos partidos políticos autonomia para definir os critérios de escolha e o regime de suas coligações nacio-



PEC de Bernardo Cabral torna sem efeito decisão do TSE sobre coligação

nais, estaduais e municipais. A proposta torna sem efeito a decisão do Superior Tribunal Eleitoral (TSE) que obriga os partidos a seguirem nos estados as coliga-

ções feitas para a eleição à Presidência da República.

A PEC, de iniciativa do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), recebeu parecer favorável do senador José Fogaça (PPS-RS). Para a votação, são necessários dois turnos de discussão.

O Plenário vota também projeto que institui o Cadastro Nacional de Moradia, além de seis autorizações de funcionamento para emissoras de rádio comunitária.

Tebet considera "errada e confusa" norma do TSE sobre as alianças

O presidente do Senado, Ramez Tebet, criticou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de verticalizar as coligações partidárias. Segundo disse, a norma "é a coisa mais errada e mais confusa feita nos últimos tempos".

Ele considera que "é quase impossível" aprovar a tempo a emenda constitucional que derrubaria a resolução antes de serem realizadas as convenções partidárias, marcadas para junho. Assim mesmo discorda da decisão do tribunal, que obriga a manutenção das mesmas alianças em nível nacional e estadual.

— Isso virou uma salada. Ora, o que se pretende é que os partidos tenham uma orientação só em nível nacional, mas o próprio ministro Nelson Jobim (presidente do TSE) disse numa entrevista que pode haver coligação branca, que está todo mundo livre nos estados, que pode subir no mesmo palanque do adversário nas eleições presidenciais.

Tebet admite que a verticalização das coligações "já é fato concreto", embora a veja como divorciada da realidade. "Fala-se até em candidato-laranja. Como pode isso beneficiar o país?"

Presidente do Senado diz que é cedo para o PMDB indicar vice

Para o presidente do Senado, Ramez Tebet, o PMDB não deve ter pressa em apontar um nome para o vice da chapa do candidato do PSDB, pois as convenções só se realizam em junho e o partido deve aproveitar para estudar bem o assunto antes de fazer a escolha.

— Não sou dirigente do PMDB,

mas acho que o partido não precisa se precipitar. As convenções serão em junho e devemos continuar com as negociações e entendimentos. O único que tem vice é o Anthony Garotinho. Por que cobrar tanto do PMDB? O partido precisa fazer uma boa análise, sem precipitação — afirmou o senador.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Francelino Pereira, Jefferson Péres e Lindberg Cury